



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



213

HABEAS CORPUS Nº 0204290-24  
COMARCA: TRACUNHAÉM  
VARA: VARA ÚNICA  
IMPETRANTE: DR. AGOSTINHO LUIZ DIÔGO DE MELO  
PACIENTE: IDAILSON FÉLIX DA SILVA  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
ÓGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA: DRA. MARIA HELENA DA FONTE (CONVOCADA)

**EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. RÉU POLICIAL MILITAR. PERICULOSIDADE DO AGENTE. APRESENTAÇÃO ESPONTÂNEA NÃO IMPEDE A CUSTÓDIA CAUTELAR. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. CONDIÇÕES SUBJETIVAS DO AGENTE NÃO SÃO SUFICIENTES POR SI SÓS PARA A CONCESSÃO DA BENESSE. COAÇÃO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE.**

I. Quando os motivos externados pela apontada autoridade coatora são concretos e indicam a real necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do agente demonstrada por relatos de ameaças anteriores empreendidas contra a vítima fatal e da repercussão do ato na comunidade, e por conveniência da instrução criminal, dada a condição do acusado de policial militar que, estando solto, certamente constrangeria as testemunhas de acusação



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



214

a serem inquiridas, atendidos estão os requisitos exigidos pela lei processual penal para a decretação da prisão preventiva.

II – A apresentação espontânea do acusado não impede a decretação da custódia cautelar quando presentes os requisitos exigidos por lei, a teor do art. 317, do CPP.

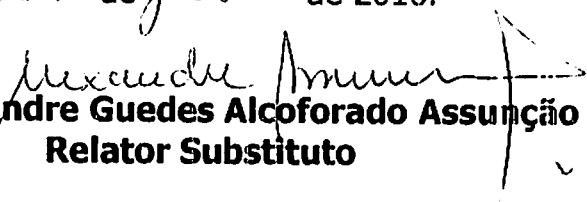
III – As condições subjetivas do agente não são suficientes por si sós para a concessão de liberdade provisória ao agente, primordialmente quando tais atributos não foram demonstrados no feito.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0204290-4, no qual figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 17 de janeiro de 2010.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator Substituto**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



215

HABEAS CORPUS Nº 0204290-7/4  
COMARCA: TRACUNHAÉM  
VARA: VARA ÚNICA  
IMPETRANTE: DR. AGOSTINHO LUIZ DIÔGO DE MELO  
PACIENTE: IDAILSON FÉLIX DA SILVA  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO  
ÓGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
PROCURADORA: DRA. MARIA HELENA DA FONTE (CONVOCADA)

**RELATÓRIO**

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, impetrado por Agostinho Luiz Diogo de Melo em favor de **Idailson Félix da Silva**, qualificado à fl. 02, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Tracunhaém.

Segundo consta dos autos, o Paciente encontra-se custodiado desde o dia 28/11/2009, por força de decreto de prisão preventiva expedido no Proc. nº. 495.2009.000174-2, no qual foi denunciado pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal<sup>1</sup>, por haver supostamente disparado um projétil de arma de fogo que atingiu sua ex-namorada, provocando-lhe a morte.

<sup>1</sup> Art 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

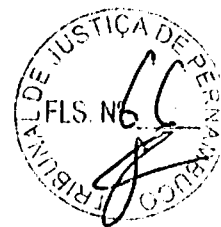
I – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

IV – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



216

Em síntese, aduz o Impetrante estar o Paciente sofrendo constrangimento ilegal por não se fazerem presentes, *in casu*, os fundamentos da prisão preventiva, sustentando, ainda, que faz jus ao benefício da liberdade provisória, mormente por ser primário e portador de bons antecedentes.

A exordial veio instruída com os documentos de fls. 08/28.

Pedido liminar indeferido às fls. 35/37.

A apontada autoridade coatora apresentou informações às fls. 41/42 as quais foram acostadas as peças de fls. 43/55.

A Procuradoria de Justiça em matéria criminal, à fl. 59, na pessoa de Maria Helena da Fonte, opinou pela denegação da ordem.

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É, em resumo, o relatório.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator Substituto**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



217

HABEAS CORPUS Nº	0204290- <del>4</del> 4
COMARCA:	TRACUNHAÉM
VARA:	VARA ÚNICA
IMPETRANTE:	DR. AGOSTINHO LUIZ DIÔGO DE MELO
PACIENTE:	IDAILSON FÉLIX DA SILVA
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO:	DES. ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
ÓGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA:	DRA. MARIA HELENA DA FONTE (CONVOCADA)

**VOTO**

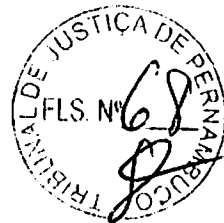
O presente *writ* tem por fundamento a existência de constrangimento ilegal contra o paciente, ante a: a) inexistência de fundamentos para a decretação da prisão preventiva; e b) possibilidade de concessão de liberdade provisória ao paciente.

Pois bem.

Consoante se observa da decisão que determinou a custódia provisória do acusado (fls. 23/25), os motivos externados pela apontada autoridade coatora são concretos, não somente consubstanciados na gravidade abstrata do crime, mas na real necessidade de se resguardar a ordem pública, em face da periculosidade do agente demonstrada por relatos de ameaças anteriores empreendidas contra a vítima fatal e da repercussão do ato na comunidade e, primordialmente, por conveniência da instrução criminal, dada a condição do acusado de policial militar que, estando solto, certamente constrangeria as testemunhas de acusação a



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



218

serem inquiridas. Logo, os fundamentos supracitados são idôneos, porquanto demonstram os atributos exigidos por lei para a custódia cautelar.

Nesse sentido, trago à colação excerto do acórdão lavrado no HC nº. 35919/GO pelo Ministro Arnaldo Esteves de Lima, oriundo da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 19/10/2004:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A CUSTÓDIA CAUTELAR. MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA ALIADOS À NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E À CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ORDEM DENEGADA.*

*(...) 4. Por outro lado, o acórdão impugnado também demonstrou a necessidade de garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, quando consignou, ratificando os fundamentos do decreto prisional impugnado, que o crime praticado, por sua própria natureza e pela condição do paciente de policial militar, andando sempre armado em decorrência da própria profissão, causou insegurança na sociedade e um grande temor nas testemunhas presenciais, até por ser ele considerado pessoa perigosa naquela comunidade.*

*5. Omissis.*

*6. Na hipótese, não há que se falar em constrangimento ilegal, porque o acórdão impugnado demonstrou de forma bastante satisfatória a presença dos requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva ora impugnada – materialidade e indícios de autoria aliados à necessidade de garantir a ordem pública e à conveniência da instrução criminal.*

*7. Ordem denegada." (grifos acrescentados)*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



219

Ademais, o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da possibilidade da prisão provisória não é pelo seu afastamento definitivo antes do trânsito em julgado da decisão, mas, tão somente, quando os requisitos descritos no art. 312<sup>2</sup>, do CPP, não forem concretamente justificados pela autoridade judicial, o que não ocorreu no caso em comento.

Por outro lado, aduz o impetrante que em momento algum se esquivou a comparecer aos atos processuais, apresentando-se espontaneamente. Contudo, o Juiz Singular, em sua decisão, corroborou esse entendimento quando afirmou que a prisão não se fazia necessária para assegurar a aplicação da lei penal, mas para resguardar a ordem pública e por conveniência da instrução criminal.

O artigo da Lei Adjetiva Penal, acima citado, exige prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, que não são questionados no presente *writ*, cumulados com um dos requisitos nele descritos, a saber: *garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal*.

A teor do art. 317<sup>3</sup>, do CPP, a simples alegação de que o acusado se apresentou em juízo espontaneamente também não impede a decretação da preventiva, quando estiverem presentes os requisitos exigidos por lei, como é a hipótese em comento.

<sup>2</sup> Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria. (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

<sup>3</sup> Art. 317. A apresentação espontânea do acusado à autoridade não impedirá a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei a autoriza.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



220

Outrossim, somente as condições pessoais do agente (primariedade, bons antecedentes, residência e emprego fixos) não são suficientes a justificar a concessão da liberdade provisória, em especial quando estão presentes os demais requisitos que autorizam a custódia preventiva, primordialmente quando os atributos favoráveis sequer foram comprovados no feito.

Com esses fundamentos, inexistindo coação ilegal a ser sanada, **voto** para denegar a ordem.

Recife, 17 de *Jan* de 2010.

*Alexandre Guedes Alcoforado Assunção*  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator Substituto**